

SUMÁRIO EXECUTIVO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PERCEPÇÕES DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE COORDENADORES DE CRAS, CREAS E CENTROS POP

Departamento de Avaliação
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília, março de 2016

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SUMÁRIO EXECUTIVO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PERCEPÇÕES DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE COORDENADORES DE CRAS, CREAS E CENTROS POP

1. Apresentação

Esse sumário apresenta a pesquisa de opinião sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): percepções de gestores das Secretarias Municipais de Assistência Social e congêneres (SMAS) e de coordenadores de equipamentos (Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS e Centros Pop), realizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos. A pesquisa visou, sobretudo, a trazer subsídios para auxiliar na construção do planejamento estratégico da SNAS.

2. Objetivos

O Estudo teve por objetivo geral obter as percepções de gestores das SMAS e de coordenadores de equipamentos (CRAS, CREAS e Centros Pop) quanto ao funcionamento do SUAS e identificar os principais entraves presentes na relação destas entidades para com os beneficiários de programas sociais, assim como a relação das entidades com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). E as informações coletadas servirão de subsídio para a

elaboração do planejamento estratégico da SNAS. A pesquisa foi realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no período de setembro de 2015 a março de 2016.

Neste sentido, buscou-se com a pesquisa captar as percepções destes profissionais acerca da sua realidade vivida, incluindo sobre a efetividade do seu trabalho, sobre as demandas da população e também a percepção sobre as principais dificuldades enfrentadas.

Esta pesquisa mostrou-se de suma importância para analisar a capacidade do MDS, mais especificamente a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), se relacionar com as SMAS e com os equipamentos (CRAS, CREAS e Centros Pop). Além disso, os resultados proporcionaram uma avaliação dos setores e atividades desempenhadas pelo MDS que necessitam de melhorias sob a ótica dos gestores municipais.

Os objetivos específicos da pesquisa foram:

- Avaliação acerca de instituições, práticas e resultados alcançados;
- Percepção da demanda por serviços, benefícios e outros atendimentos prestados;
- Percepção de usos do tempo por atividades desempenhadas no equipamento;
- Importância e melhorias necessárias das atividades e canais de comunicação do MDS;
- Principais problemas e desafios enfrentados.

3. Metodologia

O estudo se caracteriza como uma pesquisa de opinião quantitativa com representatividade nacional. Foi elaborado um questionário para gestores municipais e outro para os coordenadores de equipamentos (CRAS, CREAS e Centros Pop). Os questionários possuem questões fechadas e questões abertas, nas quais os respondentes puderam aprofundar opiniões sobre temas relevantes. Foi elaborada uma amostra aleatória simples, com substituição de unidades amostrais e intervalo de confiança de 4%. A condução da pesquisa se deu por meio de ligações telefônicas assistidas por computador, realizadas pela Central de Relacionamentos do MDS, que coordena o setor de ativos do *Call Center*. Após o término do campo, a amostra foi pós-estratificada a partir de critérios regionais e de porte populacional.

A pesquisa foi originalmente proposta pela Elo Consultoria, empresa privada contratada pela SNAS para a realização de seu planejamento estratégico. Conforme a metodologia proposta, uma pesquisa com segmento de atores envolvidos com a organização (i.e., a SNAS) auxiliaria a alcançar um entendimento mais claro das necessidades e capacidades (Elo, 2015). Em particular, o levantamento da percepção acerca de questões relevantes junto aos principais atores externos ao órgão auxiliaria a definição de prioridades estratégicas (Elo, 2015). Com base nestes princípios e em levantamentos prévios realizados dentro da própria SNAS, elaborou-se questionário a ser aplicado por meio de plataforma eletrônica tal como o Google Docs.

Como o objetivo do estudo era captar as opiniões, de forma que representasse o universo pesquisado, o DA/SAGI sugeriu à SNAS que se elaborasse uma amostra probabilística representativa e que a pesquisa fosse realizada não pela internet, mas por meio telefônico, de forma a tentar minimizar os possíveis vieses. Ainda que estudos telefônicos não sejam, como qualquer

pesquisa, carentes de problemas metodológicos eles possuem claras vantagens em relação às enquetes digitais, porém compartilhando com estas a celeridade e, em certa medida, a economicidade. A proposta foi prontamente aceita tanto pela Secretaria como pela Elo Consultoria. Uma vez redefinido o método, os questionários originalmente produzidos pela Elo Consultoria foram discutidos com o Departamento de Avaliação da SAGI (DA/SAGI/MDS) e com o gabinete da SNAS, visando o aprimoramento das questões e a adaptação ao formato telefônico. Após validação, a SAGI, por meio de seu Departamento de Gestão da Informação (DGI/SAGI/MDS), desenvolveu, a partir de plataforma já estabelecida (Dicivip), aplicativo eletrônico que permitiu tanto o acesso e o preenchimento via *web* dos questionários pelos entrevistadores do *Call Center* como o *download* imediato do banco de dados pela equipe técnica do DA/SAGI/MDS.

Para o sorteio da amostra utilizaram-se os registros administrativos do próprio MDS, advindos principalmente do sistema CadSUAS. Criou-se uma base de dados, contendo informações cadastrais, tais como nome e telefone. A partir deste cadastro realizou-se um sorteio aleatório simples, distribuindo as unidades pesquisadas em lotes de ligações. Para não causar viés, uma vez aberto o lote de ligações ele só era fechado após terem sido feitas até nove tentativas de contato com o respondente. Finalizado o lote, passava-se ao seguinte e assim sucessivamente. Essa metodologia fez com que o tamanho da amostra original fosse ultrapassado, pois foram feitas todas as ligações até encerrar o último lote, na prática, reduzindo a margem de erro do estudo. Ao final, foram realizadas 704 entrevistas com gestores e 634 com coordenadores.

Para a pesquisa telefônica, todos os entrevistadores do *Call Center* foram treinados previamente pela equipe técnica da pesquisa (do DA/SAGI/MDS e do DGI/SAGI/MDS). Durante o período de realização das entrevistas, a equipe

técnica responsável pela pesquisa manteve contato constante com a supervisão do *Call Center*. Todas as entrevistas foram gravadas para fins de supervisão, e utilizou-se de *scripts* previamente validados com a Central de Relacionamentos para a realização das ligações e para o preenchimento dos questionários eletrônicos. O campo durou entre os dias 06/10 e 08/12/2015. Os gestores e coordenadores poderiam delegar a realização da entrevista a outra pessoa que tivesse melhores condições de responder às perguntas, de forma que o universo dos respondentes pode ser melhor caracterizado como “secretários municipais responsáveis pela política de assistência social e coordenadores de equipamentos de assistência social, ou pessoas indicadas a responder em nome deles”.

Embora a pesquisa tenha se utilizado de desenho amostral probabilístico (amostragem aleatória simples), o fato de parcela dos respondentes não ter sido localizada ou ter se recusado a responder ao questionário significa que a amostra pode, teoricamente, apresentar algum viés quando comparada com o universo do estudo. No total, tentou-se o contato com 2.168 gestores municipais e 1.707 coordenadores de unidades. Como foram efetivadas 704 entrevistas com gestores e 634 com coordenadores, a taxa de sucesso dos contatos foi de 32,6 e 37,1%, respectivamente. Note-se, entretanto, que a taxa de recusa efetiva foi extremamente baixa: a quase totalidade das ligações que não resultaram em entrevista completada se deveu a problemas telefônicos (número ocupado, ninguém atendeu ou número existente). Logo, a recusa não é um fator relevante a ser considerado, o que reduz o viés.

De forma a minimizar os efeitos do viés pela não localização dos respondentes e garantir a representatividade estatística, utilizou-se um estimador de pós-estratificação. Conforme apontam Lazzeroni e Little (1998, p.61, APUD Costa, 2000), esse procedimento busca reduzir o viés causado pela não-resposta de unidades amostradas, bem como aumentar a precisão das estimativas. Ainda,

Lehtonen e Pahkinen (1996, p.94, APUD Costa, 2000) apontam que a pós-estratificação pode reduzir a variância inerente ao desenho da amostra.

A pós-estratificação envolve, uma vez definidas as variáveis relevantes, a determinação de pesos para cada unidade da amostra, de forma que unidades pertencentes a estratos sub-representados recebam um peso maior e unidades pertencentes a estratos sobre-representados recebam um peso menor. Em suma,

isso resulta em que a média em cada pós-estrato é ponderada pela dimensão relativa desse pós-estrato na população. Desta forma, se uma amostra estiver desequilibrada para algumas características da população, o estimador de pós-estratificação corrige este desequilíbrio automaticamente (Holt e Smith, 1979, p. 34, APUD Costa, 2000)

Note-se que o recurso à pós-estratificação é bastante utilizado em pesquisas telefônicas assistidas por computador. Por exemplo, o Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) utiliza variáveis de idade, sexo e escolaridade obtidas na PNAD para pós-estratificar sua amostra (Bernal et. al, 2013). No caso do estudo aqui empreendido, as unidades de análise não são indivíduos, mas unidades públicas e secretarias municipais de assistência social. Assim, não se utilizaram variáveis sociodemográficas, mas sim critérios geográficos de porte populacional e Grande Região, obtidos a partir dos dados disponíveis no Censo SUAS (que, por sua vez, se baseiam na distribuição regional e nas estimativas populacionais do IBGE).

4. Resultados

Os questionários aplicados abarcaram tanto questões diretamente relacionadas às atividades cotidianas realizadas pelos gestores e coordenadores, quanto itens de natureza mais analítico, em que o entrevistado era instado a avaliar instituições e elencar problemas e desafios que merecem maior atenção. Dadas as características da pesquisa, é provável que algumas das perguntas se caracterizem mais como opiniões, enquanto outras abarquem percepções mais duráveis, o que é normal. Fundamentalmente, trata-se de ter em mente que as opiniões dos entrevistados, mesmo quando lidando com questões bastante concretas e sobre as quais, presume-se, o entrevistado é o melhor informante possível, não retratam a realidade em si, mas sim a interpretação momentânea que eles têm dela, mas com um valor significativo, considerando que ela não é totalmente descolada da realidade, pois ocupam posição privilegiada para emitir opiniões bem informadas. A seguir, listamos os principais resultados para cada um dos dois grupos de entrevistados.

4.1 Gestores Municipais de Assistência Social

Com relação à avaliação da Secretaria Nacional de Assistência Social, os gestores da assistência social externam visão positiva. A nota média dada, de 7,7, indica uma boa avaliação. Além disso, apenas 1,9% deram nota abaixo de 5, e 15,9% deram nota abaixo de 7, enquanto 9,3% deram a nota máxima (10). Com relação à avaliação sobre como a SNAS atua especificamente com a Secretaria de Assistência do seu município, a avaliação é similarmente positiva. Quase dois terços (60,5%) dão nota entre oito e dez, com nota média de 7,63.

Em seguida, os gestores foram questionados sobre a efetividade da atuação da Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS) para o aprimoramento da política de assistência. A avaliação também é predominantemente positiva, mas, nesse caso, observa-se maior variabilidade nas respostas e uma média ligeiramente inferior (7,1). A percepção geral é que as secretarias estaduais são efetivas em aprimorar a política de assistência social. Praticamente metade dos gestores (49,3%) atribuíram nota 8 ou superior, e para 42,4% notas entre 5 e 7. Assim, apenas 8,3% dos gestores avaliaram como baixa a efetividade da atuação da secretaria estadual (nota abaixo de 5). Desta forma, embora comparativamente as SEAS tenham recebido notas menores que a SNAS, elas ainda são relativamente bem avaliadas.

Ainda no que se refere à avaliação da efetividade, foi questionada a atuação do conselho municipal de assistência social (CMAS) para o aprimoramento da política de assistência. A avaliação da atuação desta instância de participação e controle social municipal pelo gestor é muito positiva, com nota média de 7,9. A percepção geral é que a atuação do CMAS é muito boa, tendo apenas 3,7% dos gestores avaliado com uma nota abaixo de 5. Para 15,9% dos gestores a efetividade do CMAS é máxima (nota 10), e para mais de dois terços dos gestores (67,8%) muito alta (notas entre 8 e 10).

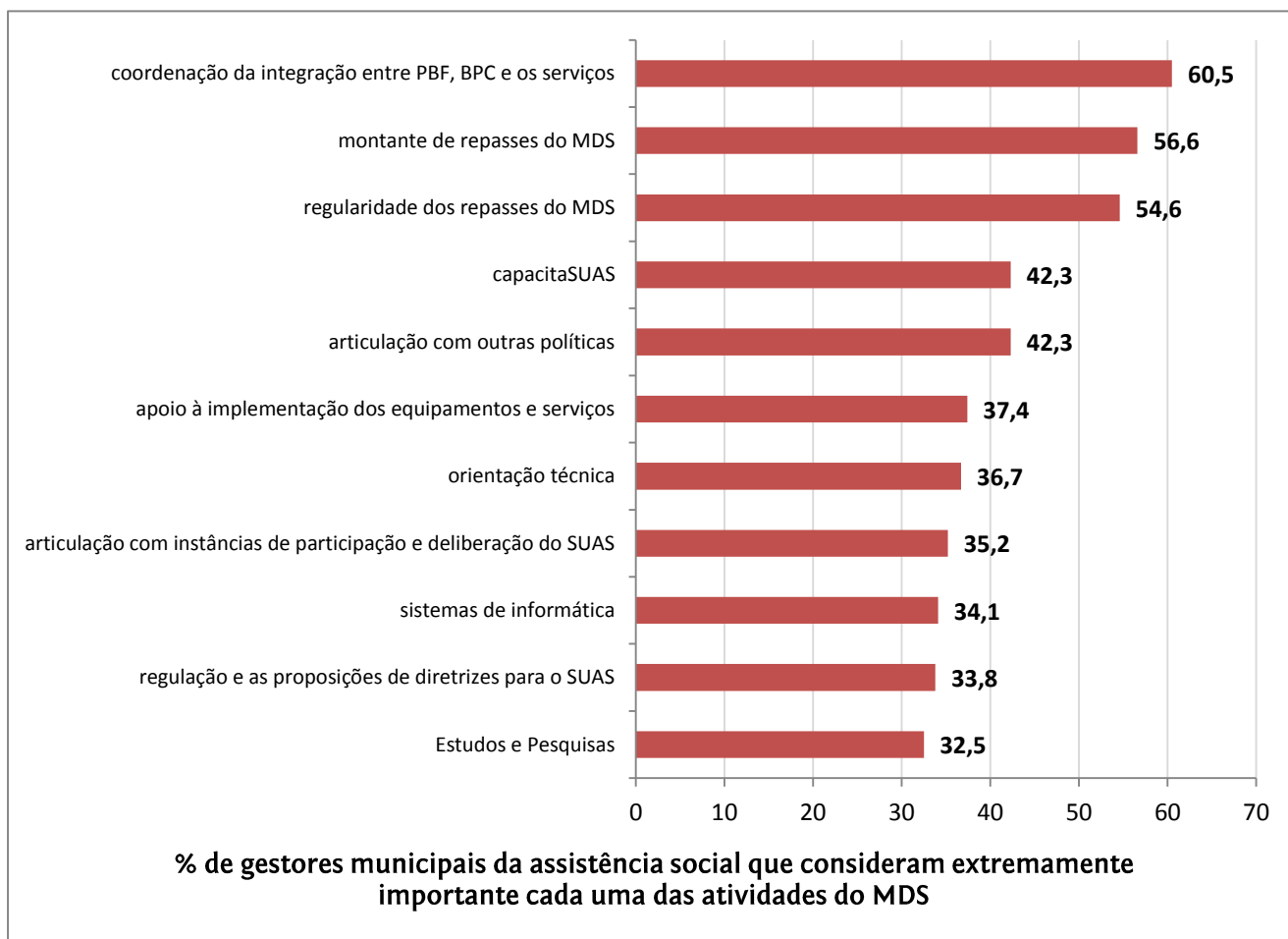
Ainda no tocante à avaliação institucional foi perguntada a efetividade das Conferências de Assistência Social no aprimoramento do SUAS. As mesmas foram extremamente bem avaliadas, tendo a média das notas (8,01) ficado superior a de todos os itens avaliados anteriormente. Somente 2,4% dos gestores atribuíram notas abaixo de 5 para a efetividade das conferências. Mais de dois terços dos gestores (71,4%) atribuíram notas entre 8 e 10.

É relevante notar que as avaliações da gestão nacional tendem a ser piores nas regiões Sul e Sudeste quando comparadas às regiões Centro-Oeste, Norte

e Nordeste, o mesmo se aplicando à avaliação das Conferências de Assistência Social.

O segundo bloco teve por foco a avaliação da importância e do grau de melhorias necessárias às áreas de atuação da SNAS. Listavam-se as principais atividades e canais de comunicação do MDS, e, para cada item, questionava-se quão importante ele era para o bom funcionamento do SUAS, bem como o nível de transformação necessário para que o mesmo acontecesse de forma ideal, caso ainda não estivesse satisfatório (gráfico 1).

Gráfico 1: Atividades do MDS avaliadas como extremamente importantes

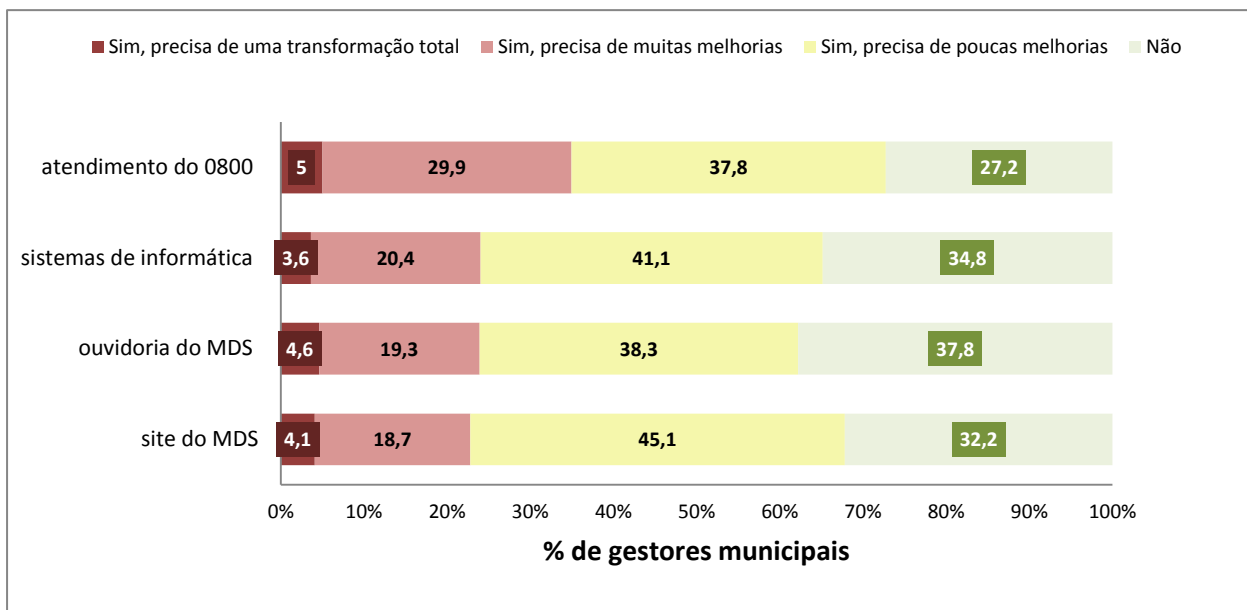


Fonte: Pesquisa gestores municipais – SNAS, 2015.

Quando considerados os critérios região e porte municipal, observou-se relativa homogeneidade nas respostas, independente do tamanho do município e da Região em que ele se localiza. Entretanto, há um padrão claro no que se refere às atividades do MDS voltadas ao gerenciamento e articulação do conhecimento no âmbito do SUAS: a regulação e a proposição de diretrizes, as orientações técnicas, o CapacitaSUAS, bem com os estudos e pesquisas, foram considerados significativamente menos relevantes pelos pequenos municípios. O mesmo vale para o apoio do MDS à implementação de equipamentos e serviços: os municípios menores tenderam a considerar esta atividade menos importante que os municípios maiores.

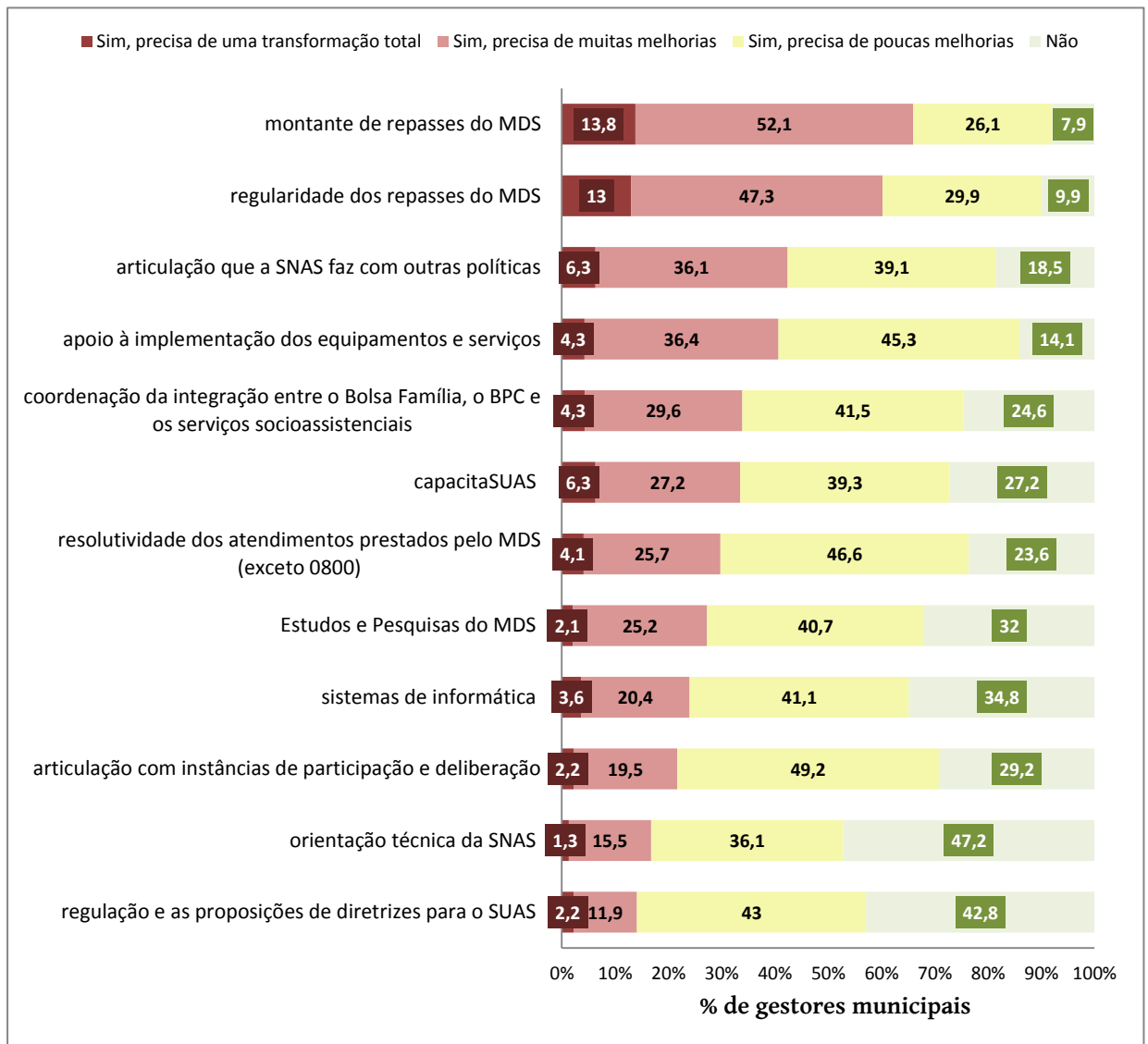
No que se refere ao grau de melhoria percebido como necessário, as opções eram: (1) não precisa melhorar, (2) precisa de poucas melhorias, (3) precisa de muitas melhorias e (4) precisa de transformação total. Ao contrário do ocorrido na avaliação de importância, os gestores expressaram grande variabilidade de opiniões a respeito de quais ações precisam ser melhoradas, e em qual grau. Como tendência geral, pode-se apontar para o fato de que, para quase todos os itens, os gestores consideram que a necessidade de melhoria é nula ou pequena. Apenas no que se refere ao montante e à regularidade de repasses a maioria dos gestores expressou a necessidade de muitas melhorias ou mesmo de uma transformação total. A avaliação de qual o grau de melhoria necessário para cada um dos 15 itens já apresentados anteriormente para pode ser vista nos gráficos 2.1 e 2.2.

Gráfico 2.1: Avaliação do grau de melhoria necessária aos canais de comunicação do MDS



Fonte: Pesquisa gestores municipais – SNAS, 2015.

Gráfico 2.2: Avaliação do grau de melhoria necessária às atividades do MDS



Fonte: Pesquisa gestores municipais – SNAS, 2015.

Assim, a percepção dos gestores é que o montante e a regularidade dos repasses são simultaneamente, aspectos extremamente importantes e carentes de grandes melhorias. Quase dois terços dos gestores (65,9%) consideram que o montante de repasses precisa de uma grande melhoria ou uma transformação total. Por sua vez, apesar da coordenação que a SNAS faz

para a integração entre o Bolsa Família, o BPC e os serviços socioassistenciais ter sido considerada a atividade de maior importância do MDS, ela não necessita de tantas melhorias na percepção dos gestores: 66,1% acreditam que esta atividade necessita de pouca ou nenhuma melhoria.

O terceiro bloco da pesquisa teve por foco a percepção dos gestores acerca da principal dificuldade enfrentada pela SMAS. Sendo que a falta de recursos financeiros é destacadamente a principal dificuldade enfrentada pelas secretarias na opinião dos gestores municipais: quase metade deles (49,4%) identifica este como o principal problema. Outros 7,1% identificam o principal problema não como a falta de recursos em si, mas a irregularidade ou o atraso nos repasses, reforçando as opiniões expressas a respeito da extrema importância e necessidade de melhorias nesta dimensão, já abordadas no bloco anterior. As regiões Norte e Nordeste, consideradas em conjunto, são mais tendentes a indicar como principal dificuldade a falta, irregularidade ou atraso de repasses.

A falta de pessoal e a baixa capacitação dos trabalhadores são apontadas como o principal problema, respectivamente, por 7,9% e 7,5% das secretarias. Estrutura de trabalho precária (estrutura física, internet, logística etc.) e insegurança na gestão dos recursos financeiros também são vistos como o principal problema por uma quantidade considerável de gestores (6,8% e 5,8% respectivamente). A falta de responsividade dos canais de comunicação do MDS e falhas de sistemas geridos pelo ministério foram citados como o principal problema por 2,9% dos gestores.

4.2 Coordenadores de Equipamentos

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa realizada com unidades públicas da assistência social. Das 634 unidades pesquisadas, 475 são CRAS, 138 são CREAS e 21 são Centros POP.

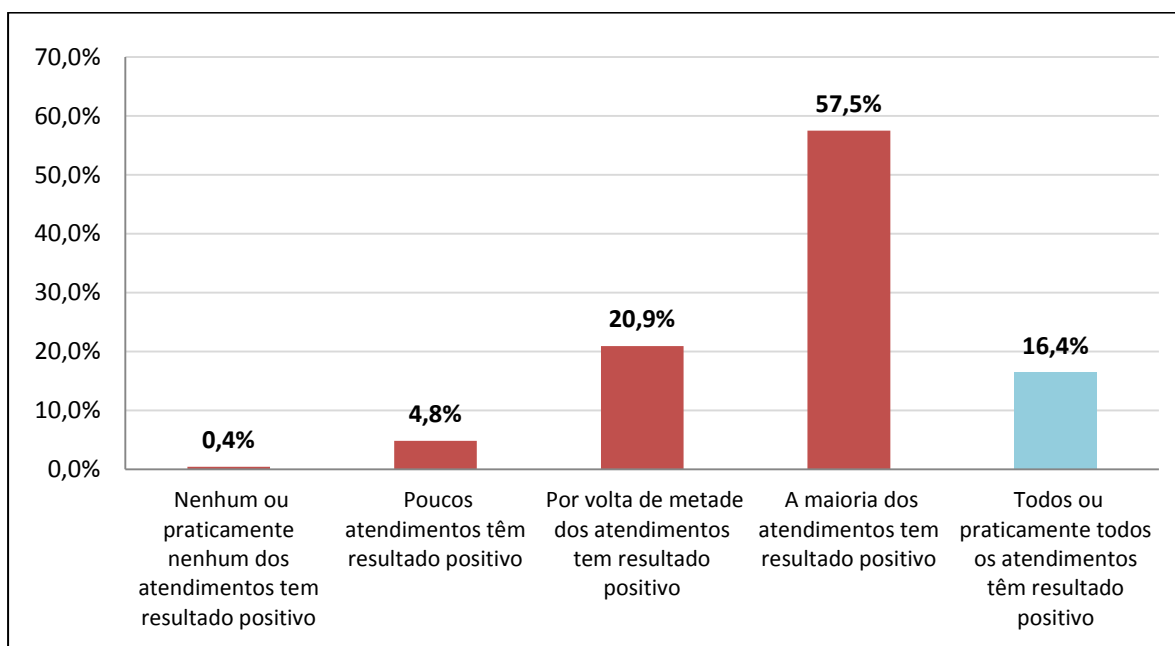
Com relação à avaliação das suas secretarias municipais responsáveis pela assistência social, as unidades públicas da assistência social externam visão positiva. A nota média dada, de 7,9, indica uma boa avaliação. Além disso, apenas 2,6% deram nota abaixo de 5, e 14,4% deram nota abaixo de 7, enquanto 14,5% deram nota 10. O significado destas notas, entretanto, não é tão claro. Um elemento importante a ser considerado é que, independentemente da qualidade e competência das Secretarias Municipais de Assistência Social, as pessoas que ocupam cargos de coordenação em unidades públicas – em muitos casos, a única unidade pública de assistência social do município – tendem a possuir uma visão positiva da administração municipal na área.

Com relação à integração da sua unidade com outras políticas públicas, a avaliação é similarmente positiva. Quase dois terços (66,3%) dão nota entre oito e dez, com nota média de 7,8. É interessante ressaltar, neste caso, que se trata de uma autoavaliação a respeito de práticas da unidade em relação com outros órgãos e políticas públicas: o coordenador da unidade está, em último caso, avaliando seu próprio trabalho.

Ainda no que se refere à avaliação, foi feita uma pergunta sobre avaliação de resultados. Mais precisamente, trata-se da percepção do próprio coordenador acerca de quantos atendimentos realizados em sua unidade alcançam resultados positivos. Novamente, trata-se de uma autoavaliação, e ela é predominantemente positiva; mas, nesse caso, observa-se maior variabilidade nas respostas. Como demonstra o gráfico 1 abaixo, a percepção geral é que a

maioria dos atendimentos tem resultado positivo. Para 16,4% dos coordenadores todos ou quase todos os atendimentos realizados em sua unidade tem resultado positivo, e para 57,5% a maioria dos atendimentos tem resultados positivos. Por outro lado, para 4,8% poucos atendimentos tem resultado positivo e, significativamente, para 20,9% apenas metade dos atendimentos tem resultado positivos. Assim, ao todo, mais de um quarto (26,1%) dos coordenadores apresentam uma auto avaliação negativa dos resultados alcançados pela unidade sob sua responsabilidade.

Gráfico 3: Quantos atendimentos realizados pela unidade alcançam resultados positivos



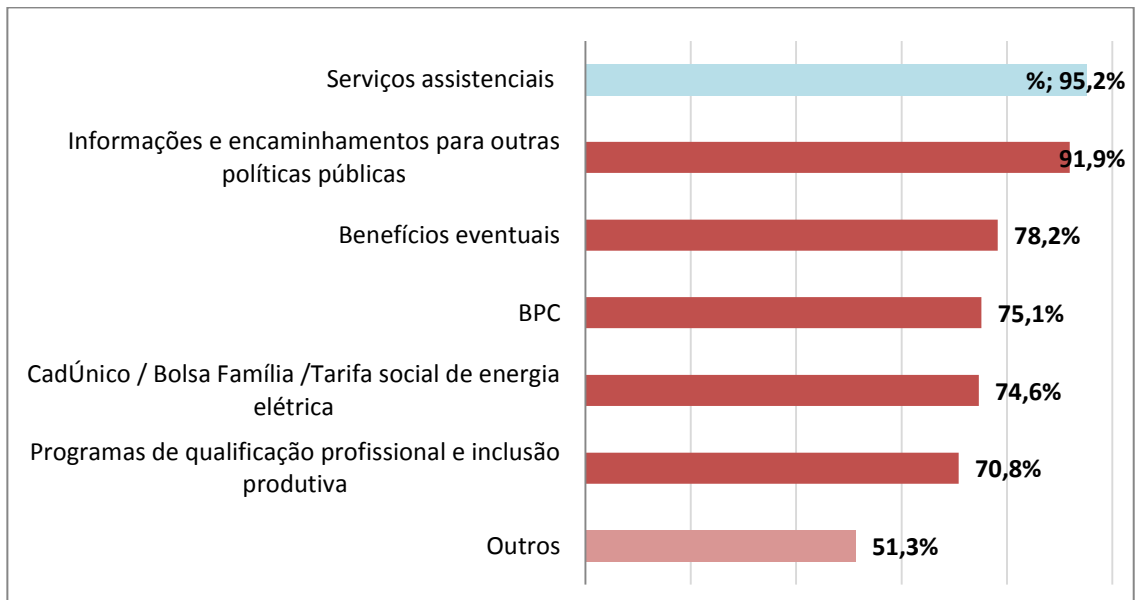
Fonte: Pesquisa coordenadores equipamentos – SNAS, 2015.

De forma geral, o que pode se depreender desta seção é que os coordenadores de unidades de assistência social têm uma avaliação bastante positiva de sua gestão municipal e de seu próprio papel na integração com outras políticas públicas. Por outro lado, uma minoria significativa faz uma auto avaliação

negativa acerca dos resultados alcançados pelos atendimentos realizados na unidade, apontando para uma área em que se deveriam envidar maiores esforços de aprimoramento no âmbito do SUAS. Do ponto de vista da pesquisa, seria salutar aprofundar a investigação, questionando sobre os tipos de atendimentos e públicos que tendem a ter resultados positivos ou não, bem como os fatores que, na visão destes profissionais, atuam de forma mais decisiva nos resultados da ação socioassistencial.

O segundo bloco do estudo teve por foco a percepção dos entrevistados acerca da demanda por serviços, benefícios e outros atendimentos prestados em seu equipamento. Listavam-se possíveis motivos para as pessoas visitarem o CRAS/CREAS/Centro Pop, e questionava-se se aquele era um motivo frequente para as pessoas irem até lá. O gráfico 4 apresenta os resultados gerais.

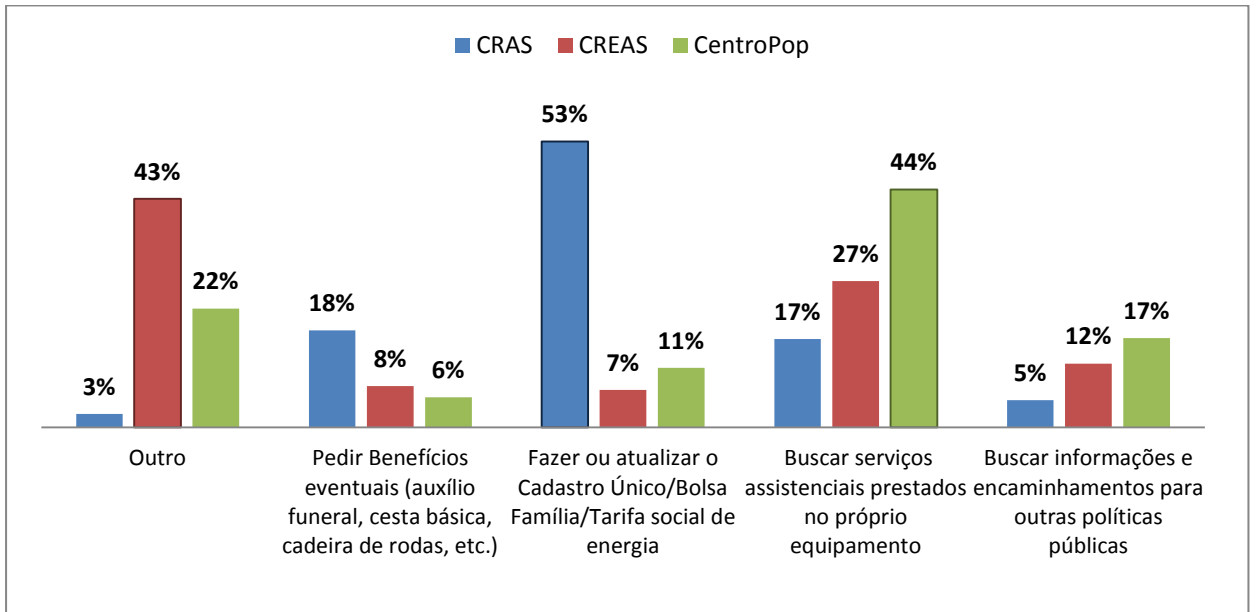
Gráfico 4: Motivos frequentes para as pessoas irem à unidade socioassistencial



Fonte: Pesquisa coordenadores equipamentos – SNAS, 2015.

A busca por serviços socioassistenciais é um motivo frequente para a ida ao equipamento na grande maioria dos casos (95,2%), bem como a busca de informações e encaminhamentos (91,9%). Os demais motivos (Cadastro Único, Benefícios Eventuais, BPC, Qualificação Profissional) também são frequentes na percepção de cerca de três quartos dos respondentes. Outros motivos são citados por 51,3% dos coordenadores. Observa-se nesta opção “outros” duas novas categorias, que apareceram com certa relevância: “atendimento, acolhida e orientação” e “participação em atividades coletivas”. A segunda se refere à busca por atividades tais como cursos, palestras e oficinas. A primeira se refere a atendimentos individualizados e à orientação dos usuários em geral. Dentro deste grupo, destacam-se a busca por atendimento psicológico.

Quando indagados sobre o principal motivo para as pessoas irem até sua unidade, a percepção de 41,7% dos coordenadores é que o principal motivo é para fazer ou atualizar o Cadastro Único e demandas relacionadas. Em apenas 19,8% dos casos o principal motivo declarado é a busca por serviços socioassistenciais, enquanto para 15,5% o principal motivo é a demanda por benefícios eventuais. Embora possa se argumentar que muitas unidades não prestam diretamente determinados serviços socioassistenciais, terceirizando a prestação de serviços para entidades privadas ou encaminhando para unidades públicas específicas, o resultado é bastante significativo. Ele se torna ainda mais significativo ao analisarmos o caso específico do CRAS, como apresentado no gráfico 5:

Gráfico 5: Principal motivo para as pessoas irem à unidade, por tipo de unidade

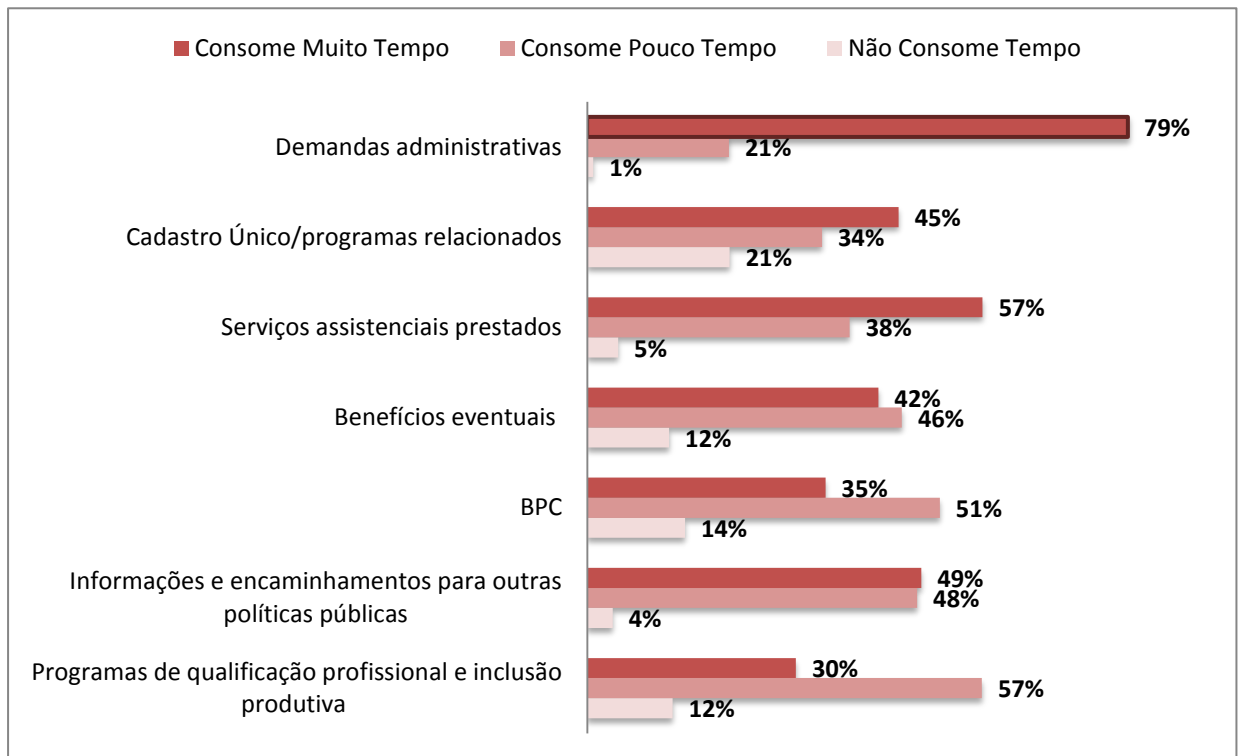
Fonte: Pesquisa coordenadores equipamentos – SNAS, 2015.

A percepção dos coordenadores sobre as demandas dos usuários da assistência social é, como de se esperar, dependente da própria natureza da unidade. Enquanto nos CRAS a principal demanda é, na maioria dos casos, o Cadastro Único e os programas acessados por meio dele, suplantando por larga margem tanto os serviços quanto os benefícios, nos CREAS e Centros Pop o Cadastro não se faz tão presente, sendo os Centros Pop caracterizados pelo seu serviço específico e os CREAS pelo atendimento geral de situações de violência e violações de direitos.

O terceiro bloco do estudo avança de uma percepção de demanda para a percepção sobre o tempo dispendido pelos profissionais das unidades nas mais diversas atividades. A intuição básica por trás deste bloco é que há uma diferença entre os motivos que levam as pessoas a procurarem a unidade e aquilo que são, no cotidiano da entidade, atividades que consomem tempo.

Assim, o bloco listou uma série de atividades e solicitou que os profissionais apontassem, para cada uma, se ela consumiria muito, pouco ou nenhum tempo dos profissionais que ali trabalhavam. O gráfico 6 apresenta as respostas.

Gráfico 6: Consumo do tempo dos profissionais da unidade por tipo de atividade

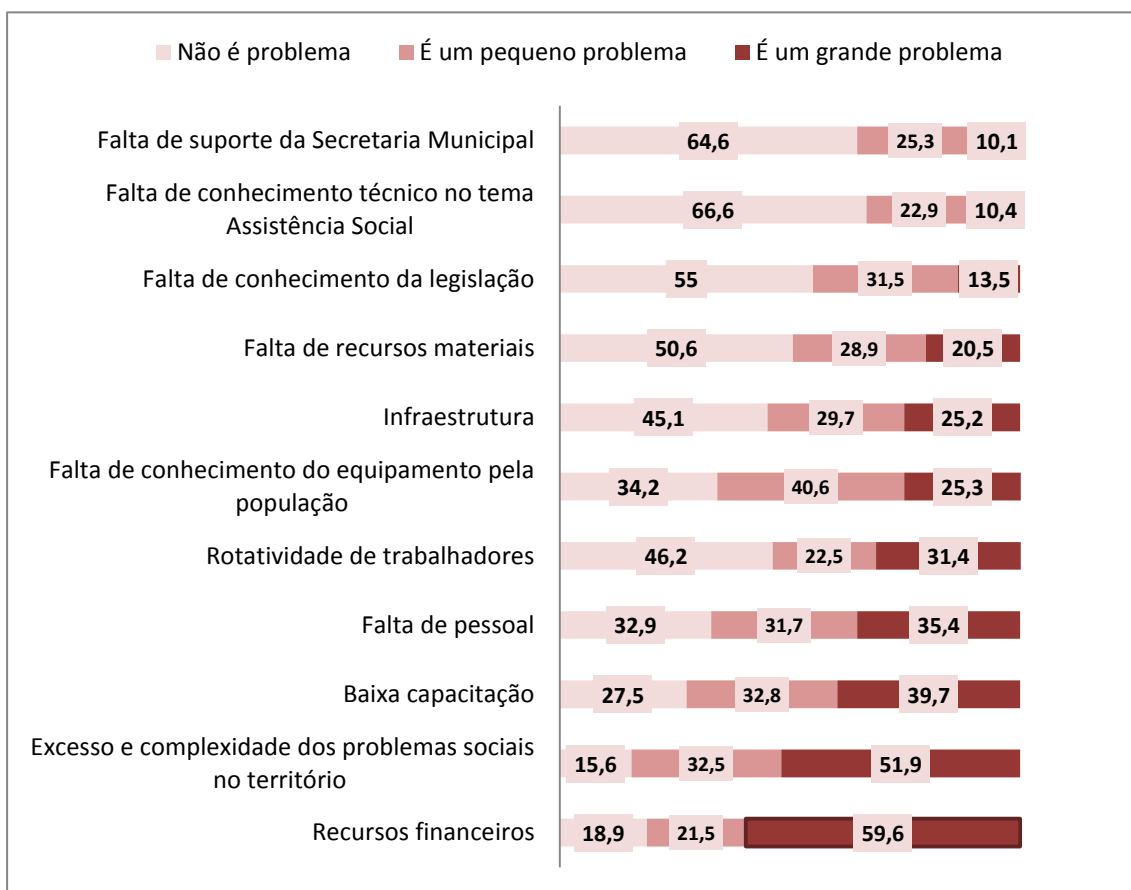


Fonte: Pesquisa coordenadores equipamentos – SNAS, 2015.

O quarto bloco da pesquisa teve por foco a percepção dos coordenadores acerca das dificuldades enfrentadas pela unidade. Não foi possível identificar diferenças estatisticamente significantes entre os três tipos de unidades no que se refere à percepção de problemas e dificuldades.

O gráfico 4 abaixo aponta que a falta de recursos financeiros é uma dificuldade frequentemente enfrentada pelas unidades na opinião dos coordenadores: 59,6% identificam este como um grande problema. O excesso e a complexidade dos problemas sociais também são vistos como grande problemas pela maioria dos coordenadores (51,9%). Por sua vez, a falta de suporte da Secretaria Municipal, a falta de conhecimento técnico, a falta de conhecimento da legislação e a falta de recursos materiais não são vistas como um problema pela maioria dos coordenadores (gráfico 7).

Gráfico 7: Problemas enfrentados pelas unidades



Fonte: Pesquisa coordenadores equipamentos – SNAS, 2015.

5. Recomendações

1. Reavaliar o montante e a irregularidade dos repasses de recursos financeiros efetuados pelo MDS, pois estes foram os temas mais recorrentemente citados pelos entrevistados ao longo da pesquisa. Com efeito, a principal dificuldade percebida, muito à frente da segunda mais citada, é a falta de recursos financeiros, à qual se somam algumas respostas que apontaram os atrasos e a irregularidade no repasse como principal dificuldade.
2. Procurar soluções para um grande arco de problemas relacionados aos recursos humanos e às instalações físicas, que respondem, em conjunto, por mais de um quinto dos principais problemas relatados.
3. Dar prioridade às atividades desempenhadas pelo MDS que foram consideradas muito importantes pelos respondentes. Principalmente, a atividade considerada de maior importância, na ótica dos entrevistados, a de coordenação da integração entre o Bolsa Família, o BPC e os serviços socioassistenciais. Esta função coordenativa entre programas, benefícios e serviços, embora bem avaliada, deve ser priorizada devido a sua grande importância.
4. Realizar outras investigações complementares para responder com maior profundidade a algumas questões, identificadas como centrais. Esta pesquisa insere-se num eixo de investigação que aporta informações relevantes ao aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social, abordando temas-chave à compreensão das representações e práticas sociais tais quais elas se apresentam “na ponta”, ou no nível de rua. Entretanto, a sua natureza (pesquisa telefônica, com tempo médio de aplicação não chegando a 15 minutos) impõe limites à interpretação dos dados.

5. Aprofundar a investigação acerca da efetividade da atuação das secretarias municipais e dos equipamentos, questionando sobre os tipos de atendimentos e públicos que tendem a ter resultados positivos ou não, bem como os fatores que, na visão destes profissionais, atuam de forma mais decisiva nos resultados da ação socioassistencial.
6. Sobre a avaliação da articulação com outras políticas e da ação das Secretarias Estaduais, seria ideal que se separassem estes temas gerais em subtópicos (e.g. articulação com cada política específica, áreas de atuação dos governos estaduais), e que se apresentasse um exemplo do que seria considerado bom e ruim, de forma a que os respondentes tivessem um parâmetro comum de comparação. É comum que, quando perguntados de forma geral, simpatias e impressões difusas se sobreponham a avaliações mais objetivas: com parâmetros estabelecidos e perguntas específicas, é possível, mesmo em pesquisas de opinião, alcançar respostas mais objetivas.
7. Ampliar a utilização do modelo de pesquisa telefônica assistida por computador, especialmente, que seja utilizado em outras oportunidades para a avaliação do SUAS e de outras políticas do MDS, dada sua capacidade de produzir resultados relevantes, tempestivos e a custo relativamente baixo. Em particular, no caso do SUAS, entende-se ser meritória a consideração de enquetes de opinião voltados para gestores, coordenadores e profissionais que atuam nos estados, bem como (e principalmente) para os usuários de serviços socioassistenciais.

Ficha Técnica

Execução

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Coordenador Geral

Marco Antonio C. Natalino

Pesquisadores

Feruccio Branco Bilich
Marta Battaglia Custódio
Juliana França Varella
Marco Antonio C. Natalino

Unidades Responsáveis

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação
Paulo Jannuzzi

Diretor do Departamento de Avaliação

Alexandro Rodrigues Pinto

Coordenador Geral de Avaliação e Monitoramento de Execução e Impacto

Marco Antonio C. Natalino

Equipe de acompanhamento da pesquisa

Davi Lopes Carvalho
Carlos Henrique Araujo Santana
Gabriela Trindade
Lucas Ciabotti
Juliana Maria Fernandes Pereira
Adailton Amaral Barbosa Leite

Colaboradores

Jose Augusto Mello Athayde
Gilmar Antônio Alves de Souto

Secretária Nacional de Assistência Social

Ieda Castro

Revisão do Sumário Executivo

Feruccio Branco Bilich
Marco Antonio C. Natalino

Diagramação do Sumário Executivo

Diego Cruz de Sousa

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Departamento de Avaliação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323
CEP: 70.054-906 Brasília | DF
Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1529
www.mds.gov.br/sagi